

AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIO E OPORTUNIDADE DOS JOVENS EMPREENDEDORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, MARANHÃO

**MARIA JÚLIA DUARTE OLIVEIRA; NILVANETE GOMES DE LIMA;
ALCIONE LINO DE ARAÚJO – IFMA – Campus Santa Inês**

mariajuliaduarteoliveira@gmail.com; nilvanete.lima@ifma.edu.br;
alcione.lino@ifma.edu.br

Ensino Médio - Curso Técnico de Logística; – Profª Drª em Ciências Sociais; – Profª Drª
em Engenharia da Produção

GT 1 – Empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar

Resumo:

A agricultura familiar exerce um papel importantíssimo pois é a principal responsável pela produção de alimentos ajudando no desenvolvimento social e no crescimento do país. Os pequenos produtores desempenham a função de conservadores da biodiversidade e compõem essa agricultura, tendo uma produção relevante de alimentos. Presume-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas dos brasileiros é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, ela impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção. O último censo agropecuário do Brasil, de 2017, informa que 84,4% dos estabelecimentos rurais são de base familiar ocupando cerca de 74,4% da mão de obra na zona rural; e que as propriedades familiares compreendem apenas 24,3% de toda a área rural do país. Mesmo assim, há pouco apoio governamental, por meio de políticas públicas que visem garantir suporte a esses agricultores, deixando-os seguros quanto à sua capacidade de negociar e encontrar mercados locais para seus produtos, já que suas grandes dificuldades se concentram no preço final baixo de seus produtos e falta de investimento. A formação profissional de jovens oriundos da agricultura familiar tem se mostrado uma estratégia significativa nos processos de desenvolvimento rural, principalmente quando se insere na rede de instituições de apoio à agricultura familiar, fortalecendo as ações de assistência técnica e extensão rural, sinalizando parâmetros para políticas públicas, desenhando demandas de pesquisa e estimulando a organização e a sustentabilidade dos agricultores. O objetivo central desta pesquisa foi analisar os desafios e as oportunidades que os jovens enfrentam no campo para tornarem-se empreendedores na agricultura familiar na cidade de Santa Luzia-MA, onde teve-se a preocupação de entender a vulnerabilidade socioeconômica e os desafios enfrentados pelos mesmos. Tendo em vista a crescente participação do comércio informal dos produtos oriundos da agricultura familiar na economia brasileira, associando uma metodologia qualitativa e quantitativa a partir de pesquisas literárias, além da realização de entrevistas aos jovens agricultores, este estudo pretende provocar discussões e reflexões sobre os desafios enfrentados pelos jovens que trabalham com seus pais, considerados pequenos empreendedores.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Jovem empreendedor rural. Agricultura Familiar.

1 INTRODUÇÃO

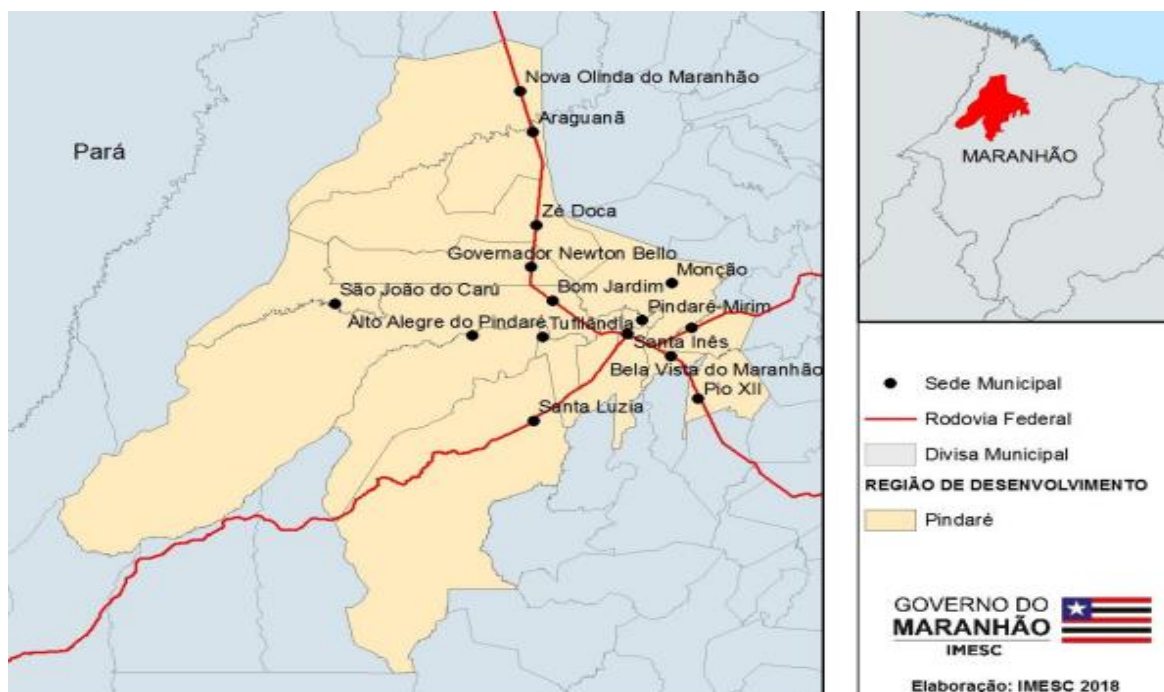
Quando este projeto iniciou, em agosto de 2019, o mundo ainda não sabia que alguns meses depois estaria diante de uma pandemia¹. Inicialmente, o desafio era estudar aspectos da agricultura familiar, entre jovens do município de Santa Inês, local onde se encontra o Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) que atende à localidade e a moradores de regiões vizinhas. Entretanto, a dura realidade do COVID-19 se impôs e com ela nossas restrições de locomoção. As aulas presenciais foram suspensas e a bolsista, que reside em Santa Luzia, município próximo a Santa Inês, não pode mais frequentar a escola, nem realizar o trabalho de campo. Dessa forma, como alternativa à continuação do projeto, decidimos que a pesquisa seria realizada, seguindo todos os protocolos de segurança, no local de residência da discente.

Acredita-se que, apesar da mudança de localidade, a pesquisa não foi prejudicada, pois a cidade que passou a ser desenvolvida o estudo encontra-se no mapeamento da realidade da região que o IFMA, Campus Santa Inês atende, já que Santa Luzia faz parte, na proposta das vinte e duas regiões de desenvolvimento do Estado do Maranhão, da região de desenvolvimento do Vale do Pindaré, na qual Santa Inês é considerada como centro ou polo regional, pois apesar de não ser a maior em extensão, é a que apresenta maior população e produto interno bruto (PIB) e a segunda maior densidade demográfica (MARANHÃO, 2018). Sendo assim, compõem essa região, juntamente com Santa Inês e Santa Luzia, mais treze municípios: Alto Alegre do Pindaré, Araguanã, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Governador Newton Belo, Igarapé do Meio, Monção, Nova Olinda do Maranhão, Pindaré Mirim, Pio XII, São João do Carú, Tufilândia e Zé Doca (MARANHÃO, 2018), conforme observar-se na Figura 1.

É interessante destacar que, dentre as potencialidades levantadas para a região em questão encontra-se a agricultura, mas entre as principais demandas para que o Estado diminua as desigualdades regionais, aparecem a necessidade de financiamento e orientação da agricultura familiar.

¹ Segundo matéria publicada no dia 23 de março de 2020, pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) “A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o COVID-19, causado pelo novo coronavírus, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ, 2020).

Figura 1 – Região de desenvolvimento do Pindaré



Fonte: Maranhão (2008)

Quando se discute e estuda-se a agricultura familiar, toma-se como referência conceitual a definição legal estabelecida pela Lei nº 11.326/2006, regulamentada pelo decreto presidencial nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que definiu “os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2017), estabelecendo em seu artigo 3º, como requisitos para sua caracterização que:

- I – não detenha a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize, predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Em setembro de 2019, o Plenário da Câmara dos Deputados comemorou 13 anos da Lei nº 11.326/2006. Nesse evento, foi oficialmente lançado o período 2019-2028 como sendo a Década da Agricultura Familiar.

O ato, em conformidade com o plano de ação global contra a fome e a pobreza anunciado em maio de 2019, em Roma, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) tem por intuito que esta década sirva como um marco à promoção de melhores políticas públicas para a agricultura familiar e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de pretender incentivar a

sustentabilidade, a multifuncionalidade e a capacidade de produzirem estratégias que os fortaleça mesmo diante de mudanças climáticas.

Como pode-se perceber, a agricultura familiar vem ganhando destaque tanto no cenário internacional quanto no nacional nesses últimos anos, pois, segundo Picolotto (2014), está relacionado com o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local, sendo considerado um modelo mais proveitoso tanto do ponto de vista social quanto do econômico e do ambiental, quando comparado ao modelo de agricultura patronal.

Atualmente, com a globalização e o desenvolvimento tecnológico mais difundido e, conseqüentemente, com um mercado cada vez mais disputado, é mais do que necessário empreender em todas as esferas para manter-se competitivo, inclusive no âmbito da agricultura familiar.

O empreendedorismo, é tido como a união de competências e habilidades na hora de reconhecer as oportunidades e, conseqüentemente a produção de um *plus* que colabore para o sucesso do novo negócio. Sem dúvida, um desses fatores é a qualificação, porém na agricultura familiar buscar capacitação não depende somente do agricultor, mas depende de diversos atores que estão envolvidos nesse cenário sejam eles sindicatos, cooperativas e/ou associações, empresas públicas e privadas. Nesse sentido, a implementação de projetos com apoio governamental, faz-se necessária para que haja o desenvolvimento do espaço rural, a geração de postos de trabalho, a distribuição de renda, cultura, lazer e educação, além da preservação dos recursos naturais atendendo aos princípios da sustentabilidade (SILVA; FRANCISCO; HATAKEYAMA; SILVA, 2010).

O termo empreendedorismo rural começou a ser utilizado com maior frequência recentemente, todavia não é considerado uma expressão nova. Bernardo, Ramos e Vils (2019) consideram aquele que executa atividades no meio rural agricultor familiar e empreendedor familiar rural, tendo a capacidade de gerar fonte de renda em uma perspectiva de desenvolvimento do setor agrícola.

O agronegócio brasileiro é um dos setores mais dinâmicos da economia, assim o meio rural precisa acompanhar as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais. Mesmo frente a esta dinamicidade, destaca-se que a maioria dos agricultores não escolhe a profissão, ela normalmente é herdada, além de, muitas vezes não possuírem a qualificação necessária para desempenhar a função. O empreendedor rural, no contexto da agricultura moderna precisa ter conhecimentos técnicos e gerir de maneira eficiente os

recursos financeiros e humanos, assim como a produção agrícola e a parte comercial (ARNOLD, 2011).

Por outro lado, sabe-se que empreender no Brasil não é uma tarefa fácil. Entre as maiores dificuldades estão a falta de “políticas governamentais e programas”, “apoio financeiro”, “contexto político e crise econômica” entre outros (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2017). Ao observar o contexto brasileiro, Tomei e Souza (2014) afirmam que barreiras existentes dificultam a transformação do Agricultor Familiar em Empreendedor Rural, ressaltando que os aspectos viventes nas propriedades rurais se tornam progressivamente competitivos, o aumento de desafios e exigências são diários.

Nesse sentido, embora a agricultura se constitua como uma das principais bases da economia brasileira, não só atualmente, mas durante todo o seu período de formação, as dificuldades nunca deixaram de existir e, quando desconsideramos o Brasil de maneira geral passa-se a pensar regionalmente, as dificuldades parecem ser ainda maiores, como é o caso do nordeste. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012, p. 5):

Vários fatores são frequentemente apontados como potenciais entraves ao desenvolvimento da agricultura nordestina, entre eles questões ambientais, deficiência logística, atraso tecnológico, falta de crédito, falta de assistência técnica, entre outros. No geral, constata-se a baixa produtividade atual da maioria das cadeias produtivas componentes da agricultura nordestina. Entre as causas desse cenário incluem-se questões como uma crise de investimentos e a dificuldade dos produtores de intensificar seus sistemas produtivos.

Certamente por conta de todas as dificuldades elencadas, a agricultura familiar tem um caráter majoritário no nordeste brasileiro, se destacando mais ainda no Maranhão, conforme dados apontados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), no qual a “participação relativa do VP [valor da produção] da agricultura familiar sobre o VP total da agricultura nordestina [...] em alguns Estados, como Maranhão [...] é quase o dobro do VP da agricultura não familiar” (*apud* IPEA, 2012, p. 12). Portanto, diante de tantas constatações, se questiona sobre quais os desafios e oportunidades do jovem empreendedor oriundo da agricultura familiar na cidade de Santa Luzia no estado do Maranhão?

Essa pesquisa se propôs a analisar quais são os desafios e as oportunidades que os jovens enfrentam no campo para se tornarem empreendedores na agricultura familiar, produzindo produtos com qualidade e sustentabilidade na cidade de Santa Luzia - Maranhão, ressaltando a importância do levantamento de dados socioeconômicos dos jovens empreendedores rurais; descrevendo a participação do jovem na agricultura familiar; compreendendo quais são os desafios e oportunidades do jovem empreendedor rural na cidade de Santa Luzia; e

averiguando quais os são os conflitos que os jovens empreendedores rurais enfrentam no dia a dia com a agricultura familiar.

2 METODOLOGIA

Há diferentes critérios para a classificação das pesquisas. Segundo Gil (2010, p. 25) esse processo é fundamental, pois “à medida que se dispõe de um sistema de classificação, torna-se possível reconhecer as semelhanças e diferenças entre as diversas modalidades de pesquisa”. Dessa forma, houve inicialmente à classificação do trabalho a partir de alguns critérios, quais sejam: quanto aos seus propósitos mais gerais (exploratória e descritiva), à natureza dos dados levantados (quantitativa e qualitativa), à abordagem teórica (bibliográfica) ao ambiente de pesquisa (de campo), e às técnicas de coleta de dados (aplicação de entrevista totalmente estruturada) e análise descritiva dos mesmos.

Do ponto de vista dos propósitos mais gerais, a pesquisa foi, ao mesmo tempo, exploratória e descritiva. Considera-se exploratória por buscar estudar a questão da agricultura familiar, tornando-a mais familiar e explícita, possibilitando a construção de novos problemas de pesquisa e outras abordagens da temática. Além disso, a pesquisa foi descritiva, na medida em que apresentou as características de uma determinada população (CAJUEIRO, 2013).

Em relação à natureza dos dados levantados, a pesquisa foi quantitativa e qualitativa ao mesmo tempo. Quantitativamente objetivou-se apresentar, numericamente, a importância dos dados coletados para investigação. Conforme salienta Godoy (1995, p. 58) “em linhas gerais, num estudo quantitativo, o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido a priori [...]. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados [...]”. Do ponto de vista qualitativo, as questões abertas serviram para identificar informações e percepções dos jovens sobre sua relação com o empreendedorismo nas propriedades rurais familiares em que estão inseridos. Neste sentido, conforme ressalta Gomes (2012, p. 79) o “[...] foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se pretende investigar”.

Quanto à abordagem teórica, a pesquisa classificou-se como bibliográfica. Geralmente, como observa Gil (2010, p. 27) estudos exploratórios podem ser identificados como “pesquisas bibliográficas, estudos de caso e mesmo levantamentos de campo”. Essa pesquisa bibliográfica foi realizada, entre agosto de 2019 a novembro de 2020, em bases de dados, tais como o Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online*, pesquisas de

revisão de literatura em livros, artigos, monografias, dissertações e teses, em busca de informações teórico-metodológicas sobre a temática pesquisada.

Finalmente, quanto ao ambiente de pesquisa e às técnicas de coleta e análise realizou-se um estudo de campo com aplicação de entrevista totalmente estruturada e análise descritiva dos dados levantados, que passa-se a pormenorizar nos próximos itens desta pesquisa.

2.1 Local de Estudo

Localizado na Mesorregião do Oeste Maranhense e na Microrregião do Vale do Pindaré, o município de Santa Luzia foi escolhido como local de estudo, depois que a pandemia do Covid-19 em 2020 impediu a pesquisadora de realizar o trabalho de campo na cidade de Santa Inês - MA.

A cidade de Santa Luzia é o décimo quarto maior município do Estado do Maranhão, com 74.043 habitantes, desses 48.254 vivem em área rural, enquanto 25.789 residem na zona urbana, de acordo com dados do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possui uma área territorial de 4.837,04 km², além de uma densidade demográfica de 14,80 habitantes por km², conforme dados catalogados pelo IBGE em 2017 (*apud* MARANHÃO, 2018).

2.2 População e amostra

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Luzia, há 12 (doze) jovens agricultores, entre 18 e 26 anos, catalogados, sendo que 3 (três) participam da Feira do Agricultor², 3 (três) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e 6 (seis) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desses jovens, 2 (dois) foram contatados pela pesquisadora a partir da mediação de funcionários da secretaria e aceitaram participar da coleta de dados. Além deles, também foi entrevistado 3 (três) alunos do Curso Técnico em Agropecuária ofertado pela Casa Familiar Rural (CFR) localizada no povoado Esperantina e 2 (dois) são conhecidos da família da bolsista, identificados conforme quadro 1 abaixo:

² A Feira do Agricultor é realizada semanalmente pela Prefeitura Municipal de Santa Luzia - MA, cujo objetivo é incentivar e apoiar os pequenos e médios produtores rurais, visando possibilitar oportunidades de negócios.

Quadro 1 – Identificação dos jovens agricultores rurais e tipo de contato

Jovens Agricultores Rurais (J.A.R)	Sexo/Gênero	Idade	Grau de Escolaridade	Renda	Tipo de contato
J.A.R 1	Masculino	26	Ensino Fundamental Incompleto	De R\$ 1.045,00 a R\$ 3.135,00	Conhecido da família da bolsista
J.A.R 2	Masculino	20	Ensino Médio Completo, cursando Técnico em Agropecuária	Não tem renda	Indicado pela Escola Técnica
J.A.R 3	Masculino	18	Ensino Médio Completo, cursando Técnico em Agropecuária	De R\$ 1.045,00 a R\$ 3.135,00	Indicado pela Escola Técnica
J.A.R 4	Masculino	20	Ensino Médio Completo, cursando Técnico em Agropecuária	Não tem renda	Indicado pela Escola Técnica
J.A.R 5	Feminino	25	Ensino Médio Completo	Menos de R\$ 1.045,00	Indicada pela Secretaria
J.A.R 6	Masculino	21	Ensino Médio Completo, formado em Técnico em Agropecuária	Menos de R\$ 1.045,00	Indicado pela Secretaria
J.A.R 7	Masculino	19	Ensino Médio Completo	Menos de R\$ 1.045,00	Conhecido da família da bolsista

Fonte: Aatoria própria (2020).

Para assegurar o sigilo de informações, organizou-se os entrevistados a partir de seus prenomes em ordem alfabética e atribuiu-se à sigla J.A.R e uma numeração crescente. Assim, dessa forma os entrevistados serão apresentados de agora em diante.

2.3 Elaboração, aplicação do instrumento de pesquisa e questões éticas

Em geral para a coleta de dados são utilizadas técnicas de interrogação, dentre elas: questionário, entrevista e formulário. Por se tratar de um estudo qualitativo e quantitativo optou-se por elaborar uma entrevista totalmente estruturada, definida como “a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde” (GIL, 2010, p. 102).

A entrevista foi construída com 26 (vinte e seis) perguntas abertas. Embora houvesse grande quantidade de perguntas, 9 (nove) delas foram questões sobre aspectos socioeconômicos.

Considera-se que, conforme Gil (2010, p. 105) “a realização de entrevistas de pesquisa é muito mais complexa [...]. Isso porque a pessoa escolhida não é a solicitante.

Logo, o entrevistador constitui a única fonte de motivação adequada e constante para o entrevistado”. A realização das entrevistas ocorreu durante os meses de outubro e novembro de 2020, através do aplicativo de conversa *Whatsapp*. Neste sentido, a tecnologia foi uma grande aliada, permitindo que apesar do isolamento social que estamos vivendo, até a presente data, ocasionado pela pandemia da COVID-19, não houvesse o contato direto com a bolsista durante a resposta às perguntas.

Conforme instruções da Resolução nº 466/12 do Ministério da Saúde, para pesquisas com seres humanos, todas as pessoas que concordarem em participar de pesquisas de cunho científico deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dessa forma, a aceitação em participar da pesquisa estava condicionada à prévia leitura do TCLE que foi realizada pelos pesquisadores e da concordância dos pesquisados (BRASIL, 2012).

2.3 ETAPAS REALIZADAS

O processo de construção de uma pesquisa científica possui várias fases. Minayo (2012) divide essa produção em, pelo menos, três etapas, quando se trata de uma pesquisa qualitativa. Embora esse estudo seja, ao mesmo tempo, qualitativo e quantitativo, acredita-se que as atividades desenvolvidas se enquadram nessas fases, quais sejam: “(1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental” (MINAYO, 2012, p. 26). Neste sentido apresenta-se abaixo o quadro com a respectiva fase e a etapa realizada:

Quadro 2 – Fases e respectivas etapas da pesquisa

FASES	ETAPAS REALIZADAS
Exploratória	<p style="text-align: center;">Etapa 1</p> <p>Busca e estudo de referencial teórico sobre empreendedorismos jovem e agricultura familiar, procurando identificar os desafios e as oportunidades vivenciadas pelos jovens, tanto nacional quanto regionalmente;</p> <p style="text-align: center;">Etapa 7</p> <p>Obtenção de conhecimento para a construção de um artigo científico e de uma escrita acadêmica;</p>
Trabalho de Campo	<p style="text-align: center;">Etapa 2</p> <p>Observação dos empreendimentos de agricultura familiar e da Feira do Agricultor em Santa Luzia;</p> <p style="text-align: center;">Etapa 3</p> <p>Identificação dos desafios e das oportunidades vivenciadas por jovens empreendedores;</p>
	<p style="text-align: center;">Etapa 4</p> <p>Elaboração do relatório parcial;</p>

<p>Análise e tratamento do material</p>	<p>Etapa 5 Levantamento dos resultados obtidos; Etapa 6 Análise dos dados levantados; Etapa 8 Elaboração do relatório final.</p>
--	---

Fonte: Autoria própria (2020).

Ao observar o quadro 2, percebe-se que as fases da pesquisa não são estanques, muito menos organizadas em termos de importância, ao contrário, elas se sobrepõem e interagem entre si, se complementando.

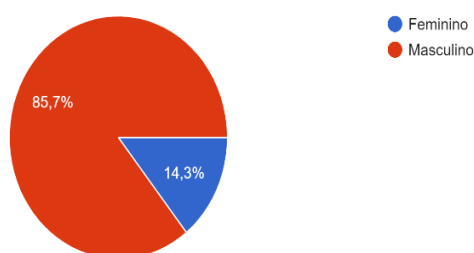
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi referido anteriormente, a realização das entrevistas ocorreu entre os meses de outubro a novembro de 2020, no município de Santa Luzia. Inicialmente as questões se referiam a informações pessoais, passando posteriormente para perguntas específicas sobre vivências, dificuldades e expectativas quanto à participação do entrevistado na agricultura familiar. Os dados coletados tiveram por objetivo: levantar dados socioeconômicos dos jovens empreendedores rurais; descrever sua participação na agricultura familiar; compreender quais são seus desafios e oportunidades na cidade de Santa Luzia; averiguar quais os conflitos que esses jovens empreendedores rurais enfrentam no dia a dia com a agricultura familiar. São esses os resultados que apresentaremos e discutiremos nesta sessão.

3.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados e da produção familiar

Quanto ao gênero dos jovens agricultores 85,7%, são homens (6 homens) e 14,3% são mulheres (1 mulher), como é mostrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Gênero dos jovens agricultores



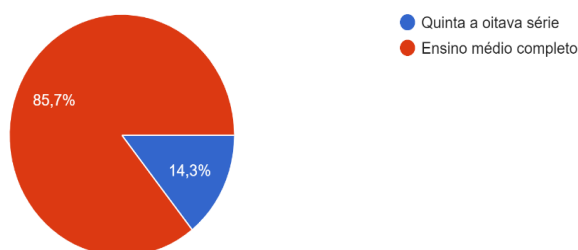
Fonte: Autoria própria (2020).

Embora o Censo 2010 aponte que a população de Santa Luzia - MA seja composta por 50,9% de homens e 49,1% de mulheres, os dados pesquisados corroboram com o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), que apontava que há predominância de pessoas do sexo masculino como dirigente responsável pela agricultura familiar, sendo o trabalho considerado produtivo passado “de pai para filho” e não para filha, de maneira geral. Neste sentido, é notório que em zonas rurais, nas quais há uma divisão tradicional do trabalho, ficando os homens responsáveis pela agricultura e as mulheres pelo trabalho doméstico, conforme aponta Melo (2003, p. 145):

A família rural cujos integrantes participam conjuntamente do desenvolvimento da agricultura – daí a denominação de agricultura familiar – é uma instituição social onde as relações assimétricas entre homens e mulheres são reproduzidas através das gerações porque elementos tradicionais patriarcais são mantidos. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho vigorante na família desses agricultores, reflete a desigualdade de gênero quando a mulher é a responsável central pelo trabalho doméstico e a reprodução, e o homem pela atividade agrícola, o trabalho produtivo.

Em relação ao grau de escolaridade 14,3% (um participante) não concluíram o ensino fundamental, enquanto 85,7% (seis participantes) afirmam possuir o ensino médio completo.

Gráfico 2 – Escolaridade dos participantes



Fonte: Autoria própria (2020).

Quando se compara os dados com os do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), em relação à escolaridade, percebe-se uma clara distorção. Nele constatou-se que 26,08% dos agricultores familiares do Nordeste nunca frequentaram a escola e apenas 0,002% afirmaram ter o ensino médio completo. Acredita-se que esta diferença se dê devido à faixa etária do grupo estudado – entre 18 e 26 anos, que segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) representa 29,449% das classes de idade dos produtores responsáveis em estabelecimentos da agricultura familiar.

A pesquisa apresenta que, 3 (três) jovens frequentam o Curso Técnico em Agropecuária na Casa Familiar Rural (CFR), uma escola que funciona em regime de semi-

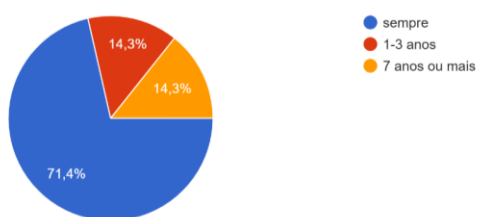
internato localizada a 13,8 Km, no povoado de Esperantina, atendendo jovens, filhos de produtores rurais, com o desejo de continuar trabalhando no campo, advindos da zona rural dos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Tufilândia e Santa Inês. Embora essa pesquisa tenha pouca representatividade em termos numéricos, é importante destacar que o Maranhão, é um dos estados brasileiros com maior taxa de analfabetismo no país, que apesar de estar em queda, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Continua Educação 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda tem 15,6% de pessoas com 16 anos ou mais sem saber ler ou escrever. Neste sentido, um grau de instrução mais elevado traz a esperança de melhores produções na agricultura familiar para o município de Santa Luzia no futuro (IBGE, 2019).

Por serem ainda jovens, todos os entrevistados se declararam solteiros e residindo com pais e/ou parentes próximos, em domicílio próprio. A informação sobre a propriedade dos imóveis de moradia chama atenção, mas não destoa tanto dos achados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) para a região do Semiárido Nordestino, na qual observou-se a predominância de estabelecimentos agropecuários cujo produtor é proprietário, com uma representatividade de 86,69%. Apesar desta constatação, é importante ressaltar um paradoxo presente na região nordestina:

Enquanto existem no Nordeste mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários enquadrados no perfil da agricultura familiar, existem poucos mais de 250 mil estabelecimentos agropecuários enquadrados como não familiar. Entretanto, os estabelecimentos da agricultura familiar ocupam uma área de aproximadamente 28 milhões de hectares comparados com os aproximadamente 41 milhões de hectares dos estabelecimentos não familiar, o que demonstra uma considerável concentração fundiária (IPEA, 2012, p. 11).

Outra informação interessante relacionada ao tempo de trabalho no campo que esses jovens possuem está ligada à própria definição da agricultura familiar como "[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família" (LAMARCHE, 1993, p.15). Dos entrevistados, 71,4% afirmam ter trabalhado apenas na agricultura e, somado a este montante, outros 14,3% trabalham há mais de 7 (sete) anos no setor, ou seja, considera-se suas idades, quase um terço da vida desse grupo foi vivida com atividades laborais realizadas dentro da agricultura familiar.

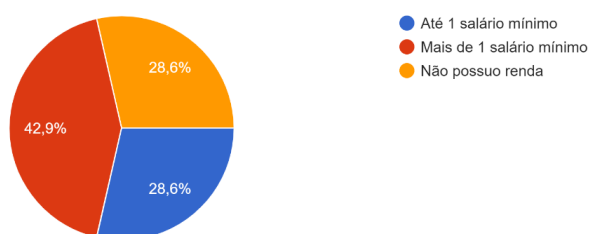
Gráfico 3 – Tempo de trabalho na agricultura familiar



Fonte: Autoria própria (2020)

Em relação à renda, 42,9% dos entrevistados afirmam receber mais de um salário mínimo, enquanto 28,6% recebem até um salário mínimo ou não possuem renda, chamando atenção de que suas participações nos negócios da família nem sempre são pagos com remunerações diretas, mas com moradia, alimentação, vestimenta, entre outros aspectos; até que eles assumam a posição de chefes de suas próprias unidades produtivas. Os dados da pesquisa, confirmam as tendências apontadas ao longo dos anos de que “[...] a maioria absoluta da agricultura familiar brasileira é formada por produtores extremamente pobres ou pobres/intermediários. O setor consolidado, detentor de maiores rendas, representa somente uma pequena parcela da categoria” (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018, p. 132); sendo que os bolsões de rendas menores se concentram na região nordeste, enquanto os maiores encontram-se na região sul, mostrando que embora fale-se de agricultura familiar no singular, existe uma multiplicidade de situações espalhadas Brasil a fora.

Gráfico 4 – Renda mensal



Fonte: Autoria própria (2020).

A pecuária e as lavouras temporárias representam os maiores percentuais nos grupos de atividade econômica no Estado. Em 2018 as dez principais culturas, tanto temporárias, quanto permanente e silvicultura foram: soja (grão), milho (grão), madeira em tora de eucalipto, mandioca, algodão herbáceo (em caroço), carvão vegetal de eucalipto, cana de açúcar, arroz, banana (cacho) e feijão (em grão) (IBGE, 2018). No município de

Santa Luzia - MA, os estudos apontam que os tipos de culturas mais comuns desenvolvidas nas propriedades dos agricultores familiares pesquisados são principalmente as hortaliças e o milho, além da pecuária e da produção do feijão.

3.2 Desafios e oportunidades na hora de empreender

Como já mencionado anteriormente, entre os anos de 2019 até 2028 deve-se entrar na Década da Agricultura Familiar; assim sendo foi lançado em setembro de 2019, um plano de ação no plenário da Câmara dos Deputados que visa melhorar a agricultura familiar em vários níveis, passando desde a inclusão socioeconômica até ao incentivo da resiliência e a concretização do bem-estar no campo. Para que isto ocorra, sete pilares/eixos foram estabelecidos, quais sejam:

- Criação de ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar;
- Apoiar a Juventude a garantir a Sucessão Rural da Agricultura Familiar;
- Promover a equidade de gênero e o papel de liderança das mulheres da Agricultura Familiar;
- Fortalecer as organizações da Agricultura Familiar;
- Melhorar a inclusão socioeconômica e o bem-estar da Agricultura Familiar;
- Promover a sustentabilidade da Agricultura Familiar para alcançar sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas; e
- Fortalecer a multidimensionalidade da Agricultura Familiar para alcançar inovações sociais que contribuam ao desenvolvimento territorial, salvaguarda da biodiversidade, meio ambiente e cultura (DÉCADA DA, 2019).

Diante desses eixos e da constatação da literatura acerca da temática que afirma ser a sucessão rural da agricultura familiar “[...] determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho assalariado” (ABRAMOVAY; SILVESTRO; MELLO; DORIGON; BALDISSERA, 2001, p. 4), foi catalogado algumas respostas sobre as pretensões em continuar no campo e em se especializar na área, bem como a satisfação com a renda e seus principais conflitos, conforme quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Qualificação, permanência, satisfação e conflitos de jovens agricultores rurais em Santa Luzia

Jovens Agricultores Rurais	Especialização na área	Pretensão em continuar no campo	Satisfação com a renda	Conflitos
J.A.R 1	"Não penso nisso no momento"	"Sim"	"É boa"	"Dificuldade financeira"
J.A.R 2	"Eu pretendo seguir essa área"	"Sim"	"Não tenho"	"Falta de oportunidade"
J.A.R 3	"Sim"	"Sim"	"Média"	"A dificuldade financeira"
J.A.R 4	"Estou apenas aguardando uma oportunidade"	"Sim"	"Não tenho"	"Falta de apoio"
J.A.R 5	"Caso tivesse algum curso, eu faria sim"	"Sim, eu pretendo seguir com meus plantios"	"É boa e eu não tenho o que comer"	"Falta de cooperativismo e dificuldade financeira"
J.A.R 6	"Sim"	"Sim"	"Regular"	"Falta de confiança"
J.A.R 7	"Sim"	"Sempre"	"Tá dando para sobreviver"	"Um custo muito alto para produzir que acaba não resultando em grandes lucros"

Fonte: Autoria própria (2020).

Com a menor qualificação J.A.R. 1 não pensa em especializar-se na área. Sem dúvida, a educação é um elemento fundamental para a melhora da qualidade de vida de qualquer jovem, porém na agricultura familiar a regra é falta de formação. Mesmo que a amostra da pesquisa tenha um nível educacional elevado em relação à média do país e do Estado, é questionado se eles terão que ficar com uma formação em nível de ensino médio e/ou técnico ou se para ampliarem seus conhecimentos cumprirão a máxima de que “[...] ou se estuda, ou se fica no campo” (ABRAMOVAY; SILVESTRO; MELLO; DORIGON; BALDISSERA, 2001, p. 4).

Os outros jovens querem oportunidades para levarem adiante seus conhecimentos e vencerem a sua maior dificuldade: a falta de apoio, incentivo e finanças além do lucro pequeno para custos altos. Nesse sentido, com um preço final baixo até a manutenção dos equipamentos fica impossibilitada, impedindo a conservação dos meios de sobrevivência dos agricultores rurais, criando um círculo vicioso de pobreza, como demonstra a afirmativa da J.A.R 5: “*Sem ter para quem vender, a gente acaba tendo que aceitar o preço baixo e isso faz com que não tenhamos dinheiro suficiente para comprar os materiais necessários e tirar nosso lucro*”.

Entre conflitos e desafios nota-se que um fator se repete nas respostas: as dificuldades financeiras. Essa problemática tem relação com a dificuldade de financiamento

e crédito, como bem observa J.A.R 7: “Às vezes planejamos investir em algo que vai nos ajudar a melhorar o negócio, mas temos que desistir porque não conseguimos um financiamento ou um crédito nos bancos”. Também foi catalogado algumas respostas sobre os incentivos oferecidos pela própria família, a troca de experiências e a participação em cursos e eventos, os desafios e a perspectiva de futuro, descritas no quadro 4:

Quadro 4 – Incentivo familiar, troca de experiências e participação em eventos, desafios e perspectivas para o futuro na visão dos jovens agricultores rurais de Santa Luzia

Jovens Agricultores Rurais	Incentivo da família	Troca de experiências e participação em cursos	Desafios	Como será seu futuro
J.A.R 1	"Sim"	"Sim"	"Falta de investimento"	"Bom"
J.A.R 2	"Sim da família toda"	"Não"	"Entrar no mercado de trabalho"	"Promissor porque a cada dia haverá mais e mais melhorias por conta da tecnologia"
J.A.R 3	"Sim"	"Não"	"Financiamento"	"Promissor"
J.A.R 4	"Não"	"Participei de alguns cursos, mas no momento não estou participando em nada que seja semelhante a isso"	"A falta de mercado para o jovem agricultor"	"Com apoio do governo oferecendo crédito e ajuda aos agricultores pode melhorar"
J.A.R 5	"Sim"	"Não, eu não participo"	"A falta de mercado e dificuldade com o meio ambiente"	"Bom"
J.A.R 6	"Sim"	"Além do curso técnico em Agropecuária, participei outros cursos pelo SENAR, e o que chamou mais minha atenção, foi o de Empreendedor rural."	"Os maiores desafios que os jovens têm em relação a agricultura são algumas faltas de recursos de investimentos"	"Bom"
J.A.R 7	"Sim"	"Não, mas sempre procuro buscar apoio em pessoas com mais experiência"	"Tem o meio ambiente e na maioria das vezes as dificuldades financeiras"	"Que vai ser muito bom"

Fonte: Autoria própria (2020).

Apesar das intempéries da natureza e das dificuldades com financiamento, percebe-se que as trocas de experiências são exercitadas, em cursos ou em diálogos e que a percepção de futuro inclui dias melhores para o campo, com maior incentivo governamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central analisar quais são os desafios e as oportunidades que os jovens enfrentam no campo para se tornarem empreendedores na agricultura familiar, produzindo produtos com qualidade e sustentabilidade na cidade de Santa Luzia - Maranhão. Através das entrevistas foi possível perceber alguns desses desafios, sendo um dos principais a falta de dinheiro para investir no negócio e, ligado a isso, a falta de apoio do governo. Além da necessidade de vencer essas barreiras, a questão climática também foi levantada como problemática.

Neste sentido percebeu-se que, em Santa Luzia - MA, assim como na região nordeste e no Brasil, as políticas públicas precisam ser efetivadas para que de fato os 7 (sete) eixos centrais do Plano de Ação Global do decênio 2019-2028 sejam concretizados.

Assim, espera-se que os resultados obtidos por este estudo possam ser úteis para ampliar as discussões sobre a forma de trabalho e o aumento da renda em uma estrutura familiar de produção, sobretudo para a região contemplada pela pesquisa, destacando a importância da agricultura familiar não só com uma forma de subsistência, mas com uma opção central de abastecimento, comercialização e produção de alimentos, que ao sair da invisibilidade possa ser vista como um forte elemento de geração de riquezas para o país.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antonio de; DORIGON, Clóvis; BALDISSERA, Ivan Tadeu. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. **Anais**. Brasília: SOBER, 2001. Disponível em: http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, DF, v. 56, n. 1, p. 123-142, mar. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032018000100123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2020.

ARNOLD, Gladimir. **Empreendedorismo rural**: um estudo sobre a inserção do técnico em agropecuária egresso do IFRS – Campus Sertão. Brasília/DF: UNB, 2011.109f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação Universidade de Brasília, 2011.

BERNARDO, Evelyn Gomes; RAMOS, Heydi Rodrigues; VILS, Leonardo Panorama da produção científica em empreendedorismo rural: um estudo bibliométrico. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas – REGEPE*, v. 8, n. 1, p. 102–25,

jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329850229_Panorama_da_Producao_Cientifica_em_Empreendedorismo_Rural_Um_Estudo_Bibliometrico. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 29. nov. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatuizada-pl.html>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. 159p.

DÉCADA DA Agricultura Familiar será lançada no Brasil amanhã (11), na Câmara dos Deputados. **Amazônia notícia e informação**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2019/09/decada-da-agricultura-familiar-sera-lancada-no-brasil-amanha-11-na-camara-dos-deputados/#:~:text=Aprovada%20pela%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,presidente%20da%20Frente%20Parlamentar%20da>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **O que é uma pandemia**, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20C%20pandemia%20%C3%A9,sustentada%20de%20pessoa%20para%20pessoa>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no brasil: relatório executivo 2017**. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf. Acesso em: 22 mar. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados da pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método, criatividade**. 31. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, Capítulo. 4, p. 79-108.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua Educação 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A agricultura no nordeste brasileiro: Oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91269/2012>. Acesso em: 10 ago. 2020

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. v. 1. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1993.

MARANHÃO, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC; Diretoria de Estudos Ambientais e Cartográficos – DEAC. **Regiões de Desenvolvimento do Estado do Maranhão**: proposta avançada, 2018. Disponível em: https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

MELO, Lúgia Albuquerque. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira-PE**. Recife: UFPE, 2003. 215p. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método, criatividade**. 31. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, Capítulo1, p. 9-29.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, DF, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2020.

SILVA, Nivaldo Pereira da; FRANCISCO, Antonio Carlos de; HATAKEYAMA, Kazuo; SILVA, Mayara Cristina Ghedini. **A importância do empreendedor rural para capacitar, desenvolver e equacionar estrategicamente os recursos sustentáveis, gerando renda e qualidade de vida**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2010. Disponível em: <http://periodicos.utfpr.edu.br/ecap/article/view/11148/6732>. Acesso em: 12 nov. 2020.

TOMEI, Patrícia Amélia; SOUZA, Daniela Arantes Alves Lima Alceu. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, v. 13, n. 3, p. 107–22, jul./set. 2014.